



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA**

PEDRO HENRIQUE LOPES DE ALENCAR

AGOSTINHO DE HIPONA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO

**PALMAS – TO
2019**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

TERMO DE APROVAÇÃO

"Agostinho de Hipona: considerações sobre o livre-arbítrio"

PEDRO HENRIQUE LOPES DE ALENCAR

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Graduado no Curso de Licenciatura em Filosofia, da Universidade Federal do Tocantins.

Banca

Orientador Presidente.


Prof. Dr. Judikael Castelo Branco


Profa. Dra. Juliana Santana de Almeida (Membro)


Prof. Me. Fábio Caires Correia (Membro)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L864a Lopes de Alencar, Pedro Henrique .
 Agostinho de Hipona: considerações sobre o Livre-arbítrio. / Pedro
 Henrique Lopes de Alencar. – Palmas, TO, 2019.
 43 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2019.
 Orientador: Prof. Dr. Judikael Castelo Branco

 1. Livre-arbítrio. 2. Antropologia. 3. Soberania. 4. Referencial. I.
 Título

CDD 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO HENRIQUE LOPES DE ALENCAR

AGOSTINHO DE HIPONA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, para obtenção do grau de licenciado em Filosofia, sob orientação do professor Dr. Judikael Castelo Branco.

PALMAS – TO
2019

PEDRO HENRIQUE LOPES DE ALENCAR

AGOSTINHO DE HIPONA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em filosofia, da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção do grau de licenciado em Filosofia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: de de 2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Judikael Castelo Branco (Orientador)
Universidade Federal do Tocantins

Profa. Dra. Juliana Santana de Almeida (Examinadora)
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Ms. Fábio Caires Correia (Examinador)
Universidade Federal do Tocantins

PALMAS – TO
2019

Dedico este trabalho a senhora minha mãe, Maria Zilma Soares Lopes. Não só é a pessoa mais linda desse mundo, como é também a mulher da minha vida. Esse trabalho acadêmico só foi possível, devido todo o esforço dessa mulher incrível, que me ensinou que “a noite é mais escura antes do amanhecer”. Me mostrou que os meios e as circunstâncias não determinam nosso destino e que a honestidade antecede nossa ação no mundo. Eu só pude compreender o amor de Deus na minha vida, devido primeiramente ao grande amor dedicado à minha vida, pela minha querida mãe. Muito obrigado “bãbãe”! “Te amo mil milhões”!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, não pelo que Ele fez, nem por aquilo que Ele faz e muito menos por aquilo que ainda realizará. Agradeço a Deus simplesmente por aquilo que Ele é. Graças a sua infinita misericórdia eu tive o privilégio de conseguir concluir essa etapa da minha vida. Toda honra e toda glória seja data para ti, “ó Beleza tão antiga e tão nova!” “Tu nos despertaste para o prazer de te louvar, pois nos criaste para ti, e o nosso coração não tem sossego enquanto não repousar em ti”.

Meus agradecimentos vão para minha querida mãe e meu querido irmão, Denilson Lopes de Alencar. Minha família biológica. Por meio de suas vidas compreendi de forma considerável o significado da palavra amor. Pessoas que independente dos momentos adversos na minha vida, estão sempre próximos para me ajudar. Muito das vezes não é de forma presencial, no entanto, a distância também serve. Agradeço a Deus por suas vidas. Vocês já sabem o quanto eu vos amo. Muito obrigado por serem um dos pilares centrais da minha vida.

Não posso deixar de fazer um agradecimento especial, para alguém que não está mais entre nós. Meu pai, Venâncio Ribeiro de Alencar. Uma pena ele não estar entre nós para celebrar essa conquista. Todavia, Deus sabe de todas as coisas. Meu pai teve sua parcela considerável de contribuição na minha vida, mesmo que as vezes de forma indireta. Eu só tenho a agradecer por todas as suas contribuições, que serviram para forjar meu caráter e me ensinar a ser o homem que me tornei.

Agradeço e dedico esse trabalho também a meu avô Germano Couto Alencar e minha avó Geralda Ribeiro de Alencar. Por mais que esses velhinhos, que eu amo tanto, não vão ler nem mesmo esse agradecimento, é importantíssimo mencioná-los. Eles sonharam tanto com o momento que o primeiro da família se formasse. Graças a Deus esse momento chegou e agora posso em alguma medida alegrá-los com essa conquista.

Muito obrigado, professor Judikael Castelo Branco, antes de qualquer coisa, pela paciência (pois o senhor realmente precisou), por seu empenho em me ensinar a produzir um trabalho com excelência, e por fim, me influenciar diretamente na minha docência. Me tornarei um professor melhor, por simplesmente ter acompanhado suas aulas extraordinárias. Por fim, tenho que

confessar que peguei uma história do senhor emprestado, e contei em uma das aulas que tive que ministrar, mas é só questão de tempo para eu começar a contar as minhas próprias histórias.

Dedico esse espaço para agradecer a Deus pela a vida da dona Marta, minha ex chefe do estágio que trabalhei na UFT. Pessoa que desde a entrevista de emprego, já me fez começar a nutrir um carinho muito grande por ela. A senhora é realmente admirável em tudo o que faz. Muito obrigado por me ensinar tanto.

Muito obrigado a todos os meus amigos. Especialmente os que eu chamo de “amigos de sempre e para sempre”. Meus “amigos mais chegados” que irmãos. Já que, graças a Deus, vocês são muitos, não vai ser possível eu escrever o nome de todos vocês. Mas vocês sabem a quem estou me referindo. Muito obrigado por fazerem parte da minha história. O que eu sou, e algumas pinceladas que se encontra nesse trabalho, se deve por meio da influência de cada um de vocês na minha vida. Amo demais vocês. meus “amigos mais chegado que irmãos”!

Agradeço os professores do curso de filosofia, que são absolutamente competentes e em grande parte pessoas incríveis. Sou grato especialmente pela participação dos professores examinadores, Juliana Santana de Almeida e Fábio Caires Correia, por dedicarem um tempo de suas vidas para analisarem meu trabalho. Agradeço os professores do curso de Teatro também, pois alguns lecionaram em minha turma. Sou grato também a todos os funcionários da UFT que permitiram, por intermédio de seus serviços prestados, a conclusão da minha trajetória no curso. O mencionado anteriormente com certeza engloba todo mundo, mas não posso deixar de agradecer diretamente aos funcionários do setor Proest, lugar onde eu trabalhei, e que me fez conhecer pessoas incríveis, em vários aspectos.

Sou grato também, pela vida dos colegas de turma. Por isso fica aqui meu agradecimento pela a vida de vocês também.

Encerro agradecendo aos membros da minha igreja, tanto aqui em Palmas (Sibapa), quanto aos membros da do Estreito-MA (Assembleia de Deus). Agradeço especialmente pela vida dos membros do meu PG, por serem extensão da minha família e por terem orado tantas vezes pelo sucesso da construção do meu TCC.

AGOSTINHO DE HIPONA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRE-ARBÍTRIO

RESUMO: Este trabalho perscruta o pensamento agostiniano acerca do Livre-arbítrio. Seu objetivo principal é mostrar o problema da liberdade humana e a soberania de Deus. Esse conceito foi desenvolvido e fundamentado principalmente sobre obra “O Livre-arbítrio”, no entanto, outros livros, do próprio autor, foram utilizados no progresso deste trabalho. Destarte, essa produção acadêmica foi desenvolvida em duas partes. A antropologia filosófica e o livre-arbítrio propriamente dito. Na primeira parte é compreendido a concepção de homem, em Agostinho de Hipona, com o intuito de perceber o que norteia o referencial de homem, no pensamento do nosso filósofo hiponense. Na segunda seção desta produção textual foram desenvolvidas questões pertinentes a essa temática. Foram abordadas perguntas sobre: qual a origem do livre-arbítrio. Deus é responsável pela causa do pecado que a liberdade humana permite? Como conciliar a liberdade humana e a soberania de Deus? Diante destas e outras interrogações é que esse trabalho acadêmico caminha para mostrar, de forma quase que panorâmica, essas ideias que levaram nosso pensador a escrever sobre essa temática.

Palavras chave: Livre-arbítrio, antropologia, soberania, referencial.

AUGUSTINE OF HYPONA: CONSIDERATIONS ON FREE WILL

ABSTRACT: This work examines the Augustinian thought about Free Will. Its main purpose is to show the problem of human freedom and the sovereignty of God. This concept was developed and based mainly on the work "The Free Will", however, other books by the author himself were used in the progress of this work. Thus, this academic production was developed in two parts. Philosophical anthropology and free will itself. In the first part, the concept of man is understood in Augustine of Hippo, with the intuition of understanding what guides the referential of man, in the thought of our Hyponean philosopher. In the second section of this textual production, pertinent questions about this theme were developed. Questions were asked about the origin of free will? Is God responsible for the cause of sin that human freedom allows? How to reconcile human freedom and God's sovereignty? Given these and other questions, that this academic work is going to show in a almost panoramic way, these ideas that led our thinker to write about this theme.

Keywords: Free will, anthropology, Sovereignty, referential.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1	12
1. Antropologia Agostiniana.....	12
capítulo 2.....	26
2. O Livre-arbítrio	26
2.1 Por qual motivo agimos mal?	29
2.2 Leis eternas e temporais	30
2.3 Por que nos deu Deus a liberdade para pecar?	32
2.4 A presciência divina não destrói o ato livre	38
Conclusão	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

Este trabalho desempenha a tarefa de investigar o que é o livre-arbítrio na concepção de Agostinho, mostrando suas implicações na realidade humana, sobretudo, o aparente antagonismo entre liberdade humana e a soberania de Deus.

Agostinho é o filósofo que formula todo um arcabouço teórico para postular conceitos a respeito dessa considerável questão. O filósofo de Tagaste era um cristão, por isso sua obra deve ser entendida por essa lente conceitual. O hiponense, antes de se converter ao cristianismo, buscou respostas para esses dilemas em outras fontes de conhecimento, entretanto, devido a sua conversão ao cristianismo, seu pensamento epistemológico foi desenvolvido em função de Deus, como sendo seu referencial antropológico.

O motivo para a escolha do tema deve-se primeiramente à importância do autor, pensador fundamental para compreendermos os valores que construíram os pilares da cultura ocidental. E essa obra perscruta indagações que provocam uma espécie de mal-estar incontornável acerca da autonomia humana. Não posso deixar de inferir, inclusive, que tenho um apreço especial e uma afinidade específica com relação tanto ao autor quanto ao assunto em si. Juntando todos esses fatores, que permitem fazer uma reflexão ampla, devido à sua magnitude conceitual, esse assunto foi escolhido.

O método utilizado fundamentou-se em uma revisão bibliográfica em torno de grandes obras do bispo de Hipona, sobretudo, no livro “O Livre-arbítrio”. Foi usado o livro “Confissões” e conjuntamente artigos, como “O conceito de Homem em Santo Agostinho”, e algumas outras obras, para alicerçar a exposição do tema.

A estrutura deste trabalho está dividida em duas partes principais. A primeira é a antropologia filosófica, que mostra as diferentes formas de compreender o referencial do homem em Agostinho de Hipona. Desta maneira, foram utilizados artigos, para mostrar algumas concepções acerca de alguns referenciais que permitem entender o homem agostiniano. A segunda parte aborda o tema do livre-arbítrio propriamente dito. Nesse momento, o trabalho passa a ser dividido em subtópicos, para a melhor compreensão do assunto.

Este trabalho nos levou a compreender que o ser humano é movido por uma vontade autárquica, suas ações são atribuídas unicamente à escolha do próprio homem. A culpa não deve ser atribuída a mais ninguém. Destarte, Deus é soberano, ao passo que o indivíduo é absolutamente responsabilizado por suas ações.

CAPÍTULO 1

1. ANTROPOLOGIA AGOSTINIANA

Antes de buscarmos compreender Santo Agostinho é de suma importância entendermos alguns fatos importantes. O Santo de Hipona nasceu na cidade de Tagaste, no ano de 354, e morreu em 430. Filho de Mônica, bem devota ao Cristianismo e que desejava a conversão do filho.

Um aspecto importante a ser destacado é que Agostinho fora adepto da seita maniqueísta, movimento de relevante força, que atraiu quantidades substanciais de seguidores. Por um tempo essa foi uma fase da vida desse pensador de certa forma justificável, pela ânsia que ele tinha de chegar ao conhecimento da verdade.

O maniqueísmo tinha como fundamento, a concepção de que a composição do universo se fundamentava em duas forças equivalentes e eternas. Portanto, o bem, estava relacionado a Deus, o mal ficava ligado a Satanás, diretamente associado à origem do mal. Agostinho momentaneamente bebeu nessa fonte, sobretudo para alcançar respostas a essas dúvidas, até o momento permanentes. Nosso pensador queria encontrar resposta exata e satisfatória sobre a origem do mal. No entanto, não foi nessa seita que ele as encontrou, culminando no abandono dessas doutrinas e na ruptura com os maniqueus.

Desiludido com as experiências tidas com os religiosos maniqueístas, resolveu procurar outros círculos. Em Milão, conheceu Ambrósio, bispo que teve atuação direta na conversão do Santo de Tagaste. O mesmo, recomendou que ele abandonasse a seita maniqueísta. Depois da conversão, ele compreendeu de forma satisfatória o conceito de Deus. A partir desse momento, o hiponense passará a ser um grande estudioso e defensor da fé cristã.

Uma grande influência em seu pensamento, se deve ao contato com o pensamento platônico por intermédio fundamentalmente de Plotino, pensador neoplatônico, que estudou a filosofia Grega, especialmente o filósofo Platão. Devida essa estreita influência do pensamento neoplatônico, é seguro dizer que,

em certa medida, o pensamento do filósofo cristão assemelha-se às ideias da teoria da reminiscência do conceito platônico.

Nessa mesma linha, Platão fala da teoria da reminiscência, que por sua vez, afirma a preexistência da alma, e que por conseguinte, a mesma, teve contato com o Sumo Bem. Dessa forma o conhecimento do homem se caracteriza pelo exercício de recordação da alma dado a priori pelo mundo das ideias. Agostinho desenvolveu então a teoria da iluminação, que aponta para a possibilidade do homem, em sua finitude, conhecer e chegar às verdades de um Deus municiado com atributos invisíveis e eternos.

Do mesmo modo, Agostinho entende o conhecimento humano como iluminação de Deus, mediante o exercício de interiorização em harmonia de Deus com a razão. Deus é uma espécie de luz que ilumina a mente humana no ato do conhecimento, permitindo captar as ideias entendidas como verdades eternas e inteligíveis presentes na mão de Deus. (GRZIBOWSKI, 2012, p. 34).

Outro elemento chave para a compreensão de Agostinho é perscrutar o referencial antropológico sobre o qual postula as conjecturas desse brilhante pensador. Sem esse direcionamento se torna quase que ignóbil a investigação e compreensão dessas ideias, que postularam os valores da sociedade ocidental. Entretanto, para que essa pesquisa tenha um caráter profícuo, serão abordadas algumas interpretações, segundo alguns autores, sobre a antropologia no pensamento agostiniano. Diante dessas considerações que se torna necessária exercitar essa investigação. Dito isso, prossigamos.

O elemento básico que une todas as interpretações a posteriori se solidifica na percepção de Deus. O período classificado pela história, no qual foram desenvolvidos tais pensamentos, se encontra no período medieval. Ou seja, partindo da interpretação que o nosso pensador é considerado um filósofo medieval. Por isso, esse será o quadro teórico a partir de então. Uma observação importante para podermos distinguir os aspectos de cada período histórico. Isso permite de imediato identificar a diferença do pensamento grego, embora em grande medida tenha influenciado o pensamento agostiniano, entre o pensamento medieval. Pois o referencial antropológico do grego se encontrava

na natureza. Todo o funcionamento da sociedade e a constituição da realidade era intrínseco à percepção da natureza. Todavia, o referencial do homem medieval era Deus.

Nesse primeiro momento devemos compreender o homem a partir da luz da criação. Para Agostinho, a forma de entender o mundo é o percebendo em formato histórico. Pela primeira vez, a história é pensada. Nosso pensador entende que houve começo, meio e que a história se encaminha para o fim. E a história da humanidade inicia-se pela queda do homem, ou seja, o pecado original. Partindo desse elemento, e usando essa lente para a compreensão, por meio desse acontecimento histórico, podemos perceber algumas nuances. Primeiro, que o ser humano se distingue de Deus por causa do pecado, segundo, por causa dessa condição o homem não é a extensão de Deus, como alguns acreditavam, e por último, é no pecado que podemos encontrar a dignidade do homem, fazendo com que essa criação seja absolutamente singular.

Para Silvestre Grzibowski, a antropologia filosófica agostiniana deve ser entendida pela compreensão de que o homem é criação de Deus. Logo, a ideia central aponta para o criacionismo, sendo motor propulsor para a origem de todas as coisas. Isso significa que o próprio Deus projetou tudo, e a partir do nada fez com que todas as coisas passassem a existir. Algo curioso, pois o material usado para a criação não tem como origem a substância de Deus e muito menos uma matéria externa. Destarte, absolutamente tudo foi criado do nada. O autor ainda destaca que essa ação implica em um ato da inteligência de Deus, pois antes da criação ter sido materializada ela primeiro existia na mente de Deus. Ou seja, a ideia é um pressuposto condicional para a existência da matéria.

Um dilema que Santo Agostinho responde e o autor do artigo anteriormente citado empenha-se em mostrar, são considerações sobre o processo de metamorfose que ocorre nas espécies. Aparentemente não existe uma permanência em consonância com a vontade de Deus, que é perene. O que justifica a alteração da criação, posto que as criaturas foram criadas a partir das ideias imutáveis e eternas de Deus. O que justifica a transformação da matéria? É dito que Deus não criou a totalidade de todas as coisas criadas. Foi implantado em cada ser a potencialidade de transformação. Então Deus criou a

matéria e todas as possibilidades de modificações futuras. Portanto, não só existe uma potencialidade singular na matéria criada, como cada criatura tem uma particularidade passível de modificação.

Para entendermos a antropologia agostiniana, devemos partir da tese de que Deus existe, que é o criador de todas as coisas e criou o homem dotado da capacidade racional. (GRZIBOWSKI, 2012, p. 36).

Para o filósofo de Hipona, o conhecimento de que Deus é criador de toda a realidade é comum a todo ser humano. No mundo sensível a percepção é nítida das coisas que ainda são imperfeitas. Esses objetos são sombras das coisas que são mais excelentes e que apontam para o Criador. O interlocutor desse texto, evidencia a questão que é tratado por Agostinho, sobre o Sumo Bem. Será essa ideia retomada durante esse trabalho, porém, é importante revelar a importância dela para podermos compreender o conceito de homem, trazido por Silvestre. Isto posto, Agostinho entende que o grande autor por trás de todo o bem é Deus. Dessa forma, o ser humano consegue alcançar o autor dessa perfeição, por meio da orientação da racionalidade.

Perante essas afirmações, o comentador do filósofo hiponense, destaca outro elemento nevrálgico para compreender a antropologia agostiniana: o entendimento de corpo e de alma. Nessa perspectiva, o homem é compreendido como uma unidade substancial necessária, referente ao corpo e à alma.

Naturalmente, o Santo de Hipona considera a alma superior ao corpo, pois a alma é quem governa. Não dimensiona a alma, como faz com outras unidades corpóreas, pois esse elemento constituinte da completude humana tem uma natureza diferente. Portanto, Agostinho investiga a alma em uma dimensão espiritual. Julgando ser importante conhecer aquilo que é tão próximo do homem e que por meio dessa mesma substância é possível conhecer o autor da verdade.

A alma é portadora da verdade, no sentido de refletir a verdade de Deus, visto que sua imortalidade se dá por causa da ligação com Deus, posto

que para Agostinho, existe uma interação dialógica entre a alma e a verdade divina, entendendo que a verdade é um dos atributos de Deus. Por conseguinte, a alma é revestida de imperecibilidade, levando em consideração esse caráter eterno da imutabilidade de Deus.

É importante pensar que a alma é uma unidade completa associada ao corpo. É a alma que dá vida ao corpo. Isso significa que a mesma preenche inteiramente os espaços do corpo. Portanto, fundamentalmente existe uma união metafísica entre a alma e o corpo, existindo assim uma intermediação entre o corpo e as ideias divinas. A alma é responsável por essa intermediação, uma função impensável para as capacidades do corpo.

O corpo, ao contrário, é incapaz de participar de tais ideias, de modo que a alma vivifica o corpo e, quanto maior a aproximação dela com as ideias ou com o conhecimento, menor é a distância da verdade, ou seja, de Deus. (GRZIBOWSKI, 2012, p. 37).

O autor caminha para o fim das suas conjecturas apontando para a importância do pensamento do nosso filósofo, destacando a importância da interioridade e exterioridade. Tais terminologias devem ser entendidas como a relação entre a alma e o corpo. Porque o corpo passa a ganhar utilidade na concepção agostiniana. Saindo da condição de um objeto sem serventia ou prisão para a alma. Diferenciando da tradição do pensamento da sua época. Uma percepção nova, desenvolvida pelo santo de Tagaste que externa o reconhecimento da importância do corpo. Pois seus contemporâneos não admitiam algo de positivo ou benevolente da parte do corpo considerando qualquer coisa que o corpo possa contribuir descartável. Porém, Agostinho pensa em um resgate da dignidade do corpo, destacando sua importância como sendo um dos grandes bens criados por Deus. Dessa forma, a interioridade significa ação da alma, ao passo que exterioridade representa o corpo. Levando em consideração essa relação e o resgate da importância do corpo, Agostinho faz questão de elucidar que somente através da nossa interioridade que podemos conhecer a Deus. Por isso sua obra focaliza no esclarecimento da sua vida pessoal. Nesse sentido, nosso pensador percebe que nosso interior, ou seja, a nossa alma, é imagem e semelhança de Deus. Pelo esforço do

conhecimento de si é que podemos, pelo menos de forma parcial, começar a conhecer, e assim, chega-se a Deus.

A verdade, segundo nosso autor, pode ser alcançada pelo próprio homem. E essa mesma verdade se distingue do homem, devido à sua natureza que é diferente. Deus é a Suma Verdade. Isso implica que Ele está dentro do homem, mas que o próprio sujeito não se confunde com a natureza de Deus.

Ao voltar ao eu interior, o homem não vê algo que lhe é semelhante, mas o contrário, algo totalmente diferente, que só se revela em seu interior: (GRZIBOWSKI, 2012, p. 38).

Nessa parte final da análise antropológica do pensamento agostiniano, o autor mostra uns aspectos importantes para nos situarmos no cerne do pensamento do nosso pensador. O entendimento que fica claro, a respeito do homem medieval, é que por ele estar sobre o governo da providência esse mesmo indivíduo tem consciência do significado do seu sentimento. Esse homem é capaz de se assombrar com as contradições da sua existência, posto que o homem entende o que lhe pertence e o que lhe é próprio, ao passo que se encontra perdido sobre as nuances da imprevisibilidade do tempo. Deus criou o tempo para o homem, mas essa mesma criação permite que o homem esteja em plena mudança todos os dias. Por isso, todo dia é único. Por conseguinte, uma forma antropológica de compreender o homem agostiniano é tentar mensurá-lo perante o assombro de si mesmo, com relação a todas as possibilidades construídas por Deus. O indivíduo a todo momento coloca sua vida em questão, por consequência das considerações anteriores.

O homem agora se encontra submisso à ação do tempo. O sentimento, como foi dito há pouco, significa a forma como o ser humano se comporta perante a finitude. A realidade terrena agora é passageira. E o objetivo do homem é encontrar algo suficiente para lhe preencher. Porém, nosso pensador entende que a vida terrena é insuficiente para o homem poder ser municiado pela graciosidade de Deus. Segundo ele, o homem é pecador, impossibilitando assim a sua satisfação plena. Nesse sentido, a alma tem um desejo em si por eternidade, e somente com o conhecimento de Deus que é

possível conhecer o Sumo Bem. Vale lembrar que o autor atenta em deixar claro que o pecado é considerado um obstáculo para alcançar o ser divino. E existe um motivo para essa condição permanente, pelo menos enquanto seres pertencentes a cidadania terrena. O trecho a seguir explica a principal motivação que faz o homem permanecer distante de Deus.

O motor principal para que o homem peque é a condição de liberdade dada por Deus (livre-arbítrio), isto é, Deus deu liberdade ao homem para viver ao seu modo. O homem tem vontades que nem sempre buscam saciar-se com a Verdade. Dessa forma, o homem usa a liberdade dada por Deus para satisfazer seus próprios desejos, suas próprias vontades, afastando-se de Deus. (GRZIBOWSKI, 2012, p. 39).

O comentador por fim termina sua interpretação dizendo que o pensamento agostiniano caminha para uma concepção religiosa do homem, destarte, esse ser humano busca conhecer a Deus na medida que Deus se revela ao homem.

A concepção agostiniana aponta para o estudo histórico da antropologia do homem. Pela primeira vez na história são desenvolvidas reflexões a respeito da consciência humana. Diferente do pensamento clássico, que entendia o indivíduo como apenas mais um elemento do cosmo. Agostinho tem como objeto de investigação a particularidade do homem, indivíduo esse que busca compreender primeiramente a si para poder entrar em sintonia com o autor de toda a criação. Esse era o pensamento do homem medieval. E é dessa forma que o comentador entende o pensamento antropológico¹ filosófico do nosso pensador.

O artigo de Pirateli infere uma perspectiva própria sobre o conceito de homem em Santo Agostinho, porquanto, ele busca perscrutar os desígnios do coração, termo esse entendido como consciência humana, responsável por governar a ação de cada indivíduo e buscar conjuntamente resposta para o seu ser. O interlocutor inclusive destaca a preocupação do bispo de Hipona em mostrar o quão singular é o homem. Por esse ângulo, é algo extraordinário ter

¹ Cf. COUTINHO, 1988.

consciência da possibilidade de se conhecer. Dessa maneira, o ponto de partida é conhecer a unidade entre alma e corpo.

Um elemento interessante destacado pelo comentador a respeito do nosso pensador, é a diferença discrepante entre o corpo e alma, que naturalmente é distinta, quando compara o entendimento agostiniano com o pensamento clássico. Para o pensamento platônico o corpo é uma prisão para a alma. Desta forma, a desencarnação é o desejado com relação a ligação entre essas duas substâncias que compõem o ser. Não obstante, Agostinho se distancia desse pensamento, forçando uma digressão de tais conjecturas. O bispo de Hipona define que a alma não está dentro de um corpo, mas está encarnada em um corpo. Desse modo é construída a cultura cristã e, por conseguinte a cultura clássica é desconstruída. De um lado é apresentada uma divindade que se encarna em um corpo, ou seja, o Deus cristão. Por outro lado, essa possibilidade é absolutamente impensável para um filósofo clássico, sobretudo no pensamento platônico.

Acerca da alma, uma característica peculiar, no que tange à natureza da mesma, o comentador destaca o que Agostinho fala sobre isso. Nosso pensador, compreende que a alma é uma estrutura incorpórea. Isso significa para Agostinho, que mesmo a alma tendo sido modificada, devido às consequências do pecado, ela continua superior ao corpo. Para o medieval, toda estrutura que compunha o mundo era constituída pelos quatros elementos fundamentais, são eles: água, ar, fogo e terra. A particularidade apresentada pelo pensamento agostiniano se dá pela compreensão da alma, que para o nosso pensador, distingue-se por ser uma substância incorpórea, isto é, diferencia-se dos elementos físicos, e aponta para o espírito, que em outras palavras, é a própria inteligência humana.

Assim, pois, qualquer alma vale mais do que todo ser corporal, e nenhuma alma pecadora, seja qual for a profundidade de sua queda, por mudança alguma, torna-se jamais um corpo. Nem se pode retirar-lhe nada da perfeição que faz dela uma alma. Portanto, ela conservará sempre sua superioridade sobre o corpo. (AGOSTINHO, 1995, p.167).

O artigo chama atenção para uma distinção importante acerca de três características expressivas da alma. São elas a racionalidade, imagem de Deus e a imortalidade. É sempre destacada pelo filósofo de Hipona a particularidade da alma. Fator nevrálgico para distinção dos outros seres existentes, e do homem. A racionalidade é que proporciona essa distinção e por intermédio dela que podemos perceber o privilégio humano em relação às outras criaturas.

Outra percepção pertinente sobre as ideias do bispo de Hipona é a ideia de que a alma possui uma inteligência aliada à razão, que busca a verdade. Através deste instrumento singular ao ser humano que se torna possível chegar à sabedoria, por conseguinte, alcançar a virtude. Claro que para trilhar esse caminho, segundo nosso pensador, é necessário a abstenção de vícios, pois essas ações desviam do alvo. Isto é, chegar ao autor do Sumo Bem.

Essa alma, revestida de racionalidade, torna o homem semelhante ao Ser divino. Nesse sentido começamos a vislumbrar o homem como imagem de Deus, que Agostinho propõe. O Homem carrega a imagem do Deus tri-uno. Segundo o pensamento agostiniano, é possível identificar as marcas da trindade nas faculdades da alma.

Um dos exemplos dados no corpo dos escritos agostinianos para se identificar na alma essa imagem da trindade está na posse de três faculdades: (1) memória, (2) inteligência e (3) vontade, que, segundo ele, por não serem três substâncias, e sim, uma só, fazem alusão à marca trinitária do Criador na sua criatura (PIRATELI, 2010, p. 9).

O comentador aponta um aspecto semelhante sobre a interpretação da antropologia agostiniana no que diz respeito à percepção do homem, em conhecer a Deus, partindo do conhecimento de si. Segundo o interlocutor deste artigo ao qual faço referência, Agostinho define o homem em três dimensões. Primeiro ele é entendido como filosófico, pois ele olha para si de forma racional, e percebe que em seu espírito existe uma imagem trinitária, isto é, ao se conhecer como imagem de Deus, reconhece os desígnios dessa divindade e a sua condição de criatura. Em segundo, compreende o indivíduo como ser teológico, tendo em vista que a questão a ser resolvida, é o mistério de Deus ter

sido gerado, portanto, tem um caráter carnal, e em contraposição o seu espírito habita nessa forma corpórea, que é constituição humana. E em terceiro, nos mostra um ser humano místico, levando esse homem ao exercício da procura de Deus.

Uma consideração acerca do corpo, mostrada pelo comentador, é sobre a sua dignidade, posto que sabemos que Agostinho não rejeita essa parte, que completa a totalidade da nossa natureza. Dessa forma, apesar do corpo não ser algo mais excelente da composição humana, é válido destacar sua importância, visto que, segundo o nosso pensador, chegará um momento em que esse mesmo corpo será revestido de imortalidade e incorruptibilidade.

O bispo de Hipona diferencia corpo da alma, usando como referência o conhecimento do seu tempo. Enquadrando a estrutura corporal em três dimensões físicas, fazendo com que se distinga da alma. Ou seja, o homem é tridimensional. Desta maneira, o corpo diferencia-se da alma, e uma forma clara de distinção é identificar que esse mesmo corpo é transformado pela ação do tempo. Em outras palavras, existe uma degeneração corporal. Não obstante, nem sempre foi assim. Porquanto, em algum momento, o corpo era imune à morte. Contudo, por causa da queda, o homem assumiu essa condição.

Em suma, a antropologia percebida pelo comentador, nos mostra um homem sendo uma criatura mutável e racional, todavia, capaz de ser preenchida pela Verdade, isto é, Deus, sendo que seu destino vai além da temporalidade. Ainda é dito, sobre a importância de compreendermos que nosso pensador Cristão não podia pensar diferente, por isso esse conceito de homem.

Partindo da percepção de outro comentador, no que se refere à antropologia agostiniana, Leonam Rocha de Almeida mostra um recorte epistemológico distinto dos outros comentadores. Ele começa diferenciando duas correntes que influenciam o pensamento agostiniano. A corrente bíblica e paulina do homem, imagem de Deus e ser caído. E a já conhecida corrente grega.

O autor do artigo referenciado salienta a concepção que ele chama de dinâmica antropológica do homem. Através disso, conhecemos o lado

existencial do hiponense, cuja principal pergunta, ele busca responder. Quem é o homem? A definição a seguir é o que Agostinho expressa.

O homem é Adão, criado no paraíso à imagem e semelhança de Deus. O homem é herdeiro do erro de Adão, expulso do paraíso e mortal: imagem deformada. Assim como é também a futura perfeição do homem renovado em Cristo. (ALMEIDA, 2011, p. 38).

Outra interlocução importante abordada pelo comentador é sobre o ser humano ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Assunto relevante para conhecer mais a antropologia agostiniana. Segundo a percepção do autor, Agostinho define essa categoria como conferido três elementos distintos, que crava a hierarquia das criaturas perante o Criador. A definição “imagem” pode ser dividida em três termos: imagem, semelhança e igualdade. O problema desses termos é enquadrar tais terminologias de forma precisa. Porque, a pergunta que se deve ser respondida é em que dimensão o ser humano pode ser semelhante ao próprio Deus?

O caminho para poder compreender essa temática é discernir o significado antropológico do homem. Visto que, segundo o bispo de Hipona, existem três períodos da raça humana, são eles: antes do pecado, depois do pecado e na ressurreição final.

Deste modo, o importante é sabermos que onde existe imagem, se dá a semelhança, mas não significa necessariamente a igualdade. Isso na comparação do homem para com Deus. Porém, no âmbito trinitário, apenas o Filho é imagem, semelhança e igual ao Pai.

Dessa forma, o homem é imagem de Deus, porém, não é semelhante. Isso se dá especialmente pela queda do ser humano. Então, a imagem do homem com relação a Deus não foi completamente perdida com esse marco histórico. O destino do homem é ascensional rumo à semelhança perfeita. Destarte, a imagem de Deus não foi perdida com o pecado original, mas foi categoricamente deformada.

Nesse mesmo artigo é abordada a forma como Deus criou o homem. Retomada a ideia anterior, sobre a criação existir primeiramente enquanto ideia e depois ser concretizada e inserida no tempo. A exegese agostiniana sugere que as coisas não foram criadas ao mesmo tempo concretamente. Então, algumas coisas foram criadas de forma definitiva, enquanto outras foram criadas com a capacidade de transformação substancial. Um exemplo de uma criação de caráter definitivo se encontra na alma humana.

Porém, para que o homem visse um dia a existir concretamente, foi preciso que desde o princípio já estivessem criadas as sementes de tudo o que se desenvolve no tempo. (ALMEIDA, 2011, p. 43).

Dito isso, o indivíduo agostiniano pode ser compreendido em uma dimensão diferente, uma vez que no homem, antes da queda, existia uma imortalidade condicionado à possibilidade do direcionamento da mortalidade da existência. A humanidade materializada em Adão teve a escolha de mudar de natureza através da transgressão, e assim aconteceu. Dessa maneira, o ser humano é percebido de formas diferentes. Para o autor, Adão pode ser considerado a infância da existência, por conseguinte, é possível fazer uma análise soteriológica da história da humanidade, compreendendo uma linearidade histórica, que começa no homem adâmico e que será findada em Cristo. Com um diferencial, se em Adão havia apenas uma potencialidade de perfeição, nessa nova etapa com o Filho de Deus não haverá mais essa possibilidade de queda.

Por fim, o diferencial do recorte epistêmico dessa antropologia se dá pela intenção de abranger a concepção de uma totalidade do homem. Então, esse recorte antropológico mostra um homem em constante progresso, mediante o processo histórico que ainda não finalizou. Nesse sentido, enquanto a humanidade não chegar em seu fim escatológico, sua jornada estará sempre em formação, dessa forma, o homem será sempre uma realidade em construção.

Foi dito anteriormente sobre o cuidado que Agostinho tem sobre a importância do corpo. Componente rejeitado, especialmente pela tradição do

pensamento clássico, todavia, nosso pensador faz questão de resgatar sua importância. Esse outro comentador, Nilo César B. Silva, tem como enfoque inicial mostrar esse elemento do pensamento agostiniano. O corpo é tratado como mais uma obra excelente na criação, embora inferior à alma. Essa estrutura corpórea provoca o distanciamento do Criador, por causa da realização dos vícios, que é materializada na ação do corpo. Porém, esse mesmo elemento que compõem o indivíduo é capaz de realizar boas obras, mesmo o pecado original tendo desfigurado o ser humano. Portanto, esse recorte filosófico aponta para uma valorização do corpo, na medida do possível.

Pois esta, por mais que se tenha degenerado da beleza a que chegara e tenha caído em algum defeito, estará sempre, sem dúvida alguma, em dignidade muito acima do que todos os corpos materiais. (AGOSTINHO, 1995, p.168)

Essa antropologia agostiniana, tem como finalidade mostrar que o problema não está no corpo. O argumento diz que o problema é metafísico, ou seja, se encontra em como usamos os membros que dispomos. A questão é se usamos com retidão as coisas que nos foram dadas. Então, o real problema é identificado na realização da vontade, que se não estiver alinhada a Suma Verdade, perdeu o propósito para ao qual foi feita. Desta maneira, corpo e alma no geral são bens, mesmo o corpo sendo tratado como inferior. Mas a negatividade não se encontra nesses bens em si, mas consiste na má vontade do homem em fazer mau uso desses bens.

De todo modo, percebemos em Agostinho a preocupação em livrar o corpo de tantas penas impostas pela tradição platônica, visto que o cerne do problema humano e seu agir não se encontram na malícia dos sentidos do corpo, mas na alma propulsora da vontade. (SILVA, 2016, p.176).

Assim sendo, mesmo o corpo sendo distinto da alma em condições axiológicas, o homem deve ser analisado como um todo para entender a origem da degradação humana. O importante é saber que a alma existe no corpo para dar forma ao ser, por isso o corpo é importante para permitir a ação da alma.

Diante disso, o problema não se encontra no corpo ou na alma, pois todo esse desvio de finalidade se ampara no pecado. Portanto, nenhuma substância ou essência é coisa má. Dessa forma, o elo existente entre tudo que foi elucidado até o momento e a conexão com o próximo capítulo se encontra nessa premissa.

CAPÍTULO 2

2. O LIVRE-ARBÍTRIO

Durante a primeira parte deste trabalho foi entronizado o conceito de homem agostiniano para podermos enfim chegar no assunto do livre-arbítrio. Para compreendermos esse conceito chave da obra de Agostinho, devemos levar em consideração alguns fatos. Nosso pensador, assim como a tradição da época, tinha como objeto e reflexão a felicidade. A pergunta que era discutida em seu tempo era como chegar à felicidade?

Havia algumas escolas filosóficas que desenvolveram esse pensamento antes e durante o período que o nosso filósofo viveu. Exemplo disso, são as escolas epicuristas e a estoicas. Mesmo a maioria dessas ideias tendo sido desenvolvidas antes de Cristo esse conhecimento epistemológico ainda mediava as discussões dos pensadores da sua época. Ambos os pensamentos desenvolvidos por Epicuro e Sêneca respectivamente. Tradições de ideias filosóficas que buscavam responder essa pergunta absolutamente importante, como a de Epicuro que diz que para vivermos felizes nossas vidas devem ser governadas pela realização do prazer. Já o estoicismo afirma que a nossa felicidade só pode ser alcançada pelo cumprimento do dever.

Esses são conceitos que foram desenvolvidos antes do nascimento de Agostinho, que sua importância é inegável. Tanto que há quem diga que o apóstolo Paulo de Tarso foi influenciado por essas ideias e que essas influências são identificáveis em suas cartas. O fato é que o pensamento ocidental usufruiu dessas fontes.

Nosso bispo de Hipona era ciente de tais ideias e de algumas outras que faziam parte do pensamento filosófico do momento. Por isso ele buscava respostas para essas perguntas. Foi dito que o filósofo de Tagaste passou um certo tempo, antes da sua conversão ao cristianismo, sendo orientado pelos maniqueus. Junto a essas doutrinas, a questão da felicidade também se tornou um objeto de reflexão. Por conseguinte, Agostinho busca resposta para essa questão, que implica consequentemente a discussão do “problema do mal” e do

“livre-arbítrio”. Dito isso, a chave da compreensão desse trabalho é entender que essas grandes questões são intrínsecas do pensamento agostiniano. Não é possível abstrair esses grandes conceitos, sem compreender a grandiosidade da unidade conceitual do nosso pensador.

A seita maniqueísta acreditava que o pressuposto ontológico para a malignidade no mundo deve-se à existência de duas forças eternas, antagônicas e que nenhuma sobressai à outra. Desta forma, o mal é compreendido como uma substância. De certa forma, o ser humano é condicionado a uma dessas substâncias. Isto é, o livre arbítrio é desconsiderado e a culpa pela ação humana é delegada a um ente que não seja o próprio homem.

O livro “O Livre-arbítrio”, a princípio, vai de encontro a essa doutrina. A obra é estruturada em forma de diálogo. Essa argumentação é uma interação de Agostinho e seu amigo Evódio. O autor divide seus escritos em três livros. Todos escritos em períodos diferentes e sucessivos. Então, essa obra tem como tema o problema da liberdade humana e a origem do mal.

Como foi dito anteriormente, o problema começa com a ânsia do homem pela busca da felicidade. Diante dessa considerável questão, a pergunta indispensável a essa indagação, conduzirá essa parte do trabalho. Lembrando que não haverá uma ordem de desenvolvimento conceitual para as seguintes questões. São elas: Qual a origem e o que é o mal? É Deus o autor do mal? Em que consiste o mal moral ou pecado? É ou não o homem livre? Como pode a existência do mal conciliar a existência de Deus? Partindo dessas questões, buscaremos compreender as ideias do nosso pensador.

Neste momento julgo necessário fazer um recorte epistemológico, recorrendo à percepção do senso comum para podermos adentrar no assunto. Não é difícil perceber que em todos os momentos da história da humanidade o ser humano é sempre incomodado pelo infortúnio do mal. Na vida cotidiana, de alguma forma, é possível identificar seus efeitos. Isso que chamamos de mal pode ser observado na dimensão física, quando somos acometidos por doenças, permitindo uma degeneração corpórea. Pode ser observado no espectro moral, quando por exemplo, prometemos a realização de uma determinada ação e não cumprimos com a palavra. Diante desse descumprimento, todo ser humano em condições psicológicas e mentais normais sabe que houve uma ruptura para com

o próximo. Esse não cumprimento do prometido torna-se em certa medida uma transgressão. Em outras palavras, um mal infligido ao próximo. Essas são percepções corriqueiras do nosso cotidiano, para ilustrar de forma simplista o quanto essa forma de desordem transforma a forma de viver dos indivíduos. Agostinho em sua obra apresenta três aspectos da percepção do mal. Dois deles foram exemplificados anteriormente, que são o mal físico e o moral. E o terceiro é entender o mal no aspecto metafísico-ontológico. Essas considerações são importantes para melhor mapearmos o desenvolvimento desse conceito.

Partido do pressuposto da existência do mal, logo no início da obra, o hiponense distingue o que seria mal físico e moral. O artigo da estudiosa R. H. S. Pereira destaca constatações referente a esses dois conceitos. Como será mostrado a seguir.

Agostinho alerta para os dois tipos de mal: o que se padece sofrendo e o que se comete agindo. Nessa distinção, reconhecem-se o mal natural e o moral. O mal natural faz parte do universo, esse “teatro de destruições contínuas que, no caso dos seres vivos e do homem em particular”, traz sofrimentos, angústias e perdas dolorosas. (SOUSA, 2013, p. 571).

Neste próximo comentário é ilustrada a interpretação do mal moral, pela mesma estudiosa.

O mal moral é mais complexo, porque se relaciona à vontade humana, que decide livremente fazer ou não o mal. A questão é, portanto, compreender como um Deus perfeito concedeu liberdade de escolha, o livre-arbítrio, para alguém praticar o mal. (SOUSA, 2013, p. 571).

Deixando momentaneamente de lado essas nomenclaturas que servem principalmente para enquadrar a terminologia, proporcionando uma melhor compreensão do conceito, a proposta agora é discorrer sobre o assunto como sendo uma unidade conceitual, posto que no momento oportuno, caso necessário, será feita a distinção dos termos. Pois a ideia é se preocupar mais com o conceito em si, do que separações terminológicas que foram inferidas até o momento sobre as ideias.

2.1 Por qual motivo agimos mal?

No começo a obra do nosso pensador tem como objetivo mostrar algumas manifestações do mal na realidade. Isso é percebido quando no diálogo com Evódio ele pergunta se alguns sentidos, que compõem os seres vivos, especialmente os seres humanos, ou até mesmo alguns objetos são em si maus. A “instrução”, que é governada pela inteligência humana, produz o bem. Então o raciocínio é saber que o autor da inteligência, que proporciona a ação correta, é a personificação do Sumo Bem. Não obstante, esse é mais um dos exemplos de que existe a possibilidade do bem, mas que mesmo assim o mal é cometido. Existem vários exemplos semelhantes no transcorrer do livro que remetem a essa questão. Então, aproveitando esse gancho, a pergunta que fica é, por qual motivo agimos mal? E outra pergunta tão pertinente quanto essa é como não atribuir o pecado a quem criou todos os seres e, por conseguinte, existe uma relação estreita entre ambas as coisas?

Nesse diálogo, Evódio responde que o motivo pelo qual agimos mal deve-se ao fato de transgredirmos as leis. Essa forma de proceder resulta na prática do pecado. Dessa maneira, um meio de termos certeza de que algo é mau pode ser observado na desobediência às leis cívicas ou algo que não desejamos que seja feito contra si. Não obstante, o bispo de Tagaste argumenta que não é dessa forma que identificamos a real malignidade dos homens. Pois o ser humano tem a capacidade de agir conforme a permissão das leis e mesmo assim agir mal. O indivíduo devido a sua queda está sujeito a criação de leis que transgridem as leis de Deus. As perguntas que são feitas se referem à solidez substancial argumentativa das afirmativas consideradas constituídas de malignidade. Agostinho pergunta em que se amparam essas afirmações. Nessa passagem ele interpreta que responder que o conceito de mal sustentado pelas afirmativas de Evódio é insuficiente. Conjeturar que algo é mal, apenas por ser proibido por leis ou por não desejar para si não é suficiente, uma vez que existem formas de contornar essas questões, apresentando exemplos de exceções à essas aparentes regras.

A ideia defendida por nosso filósofo hiponense é de que a prática do pecado se deve à causa da realização do que ele vai chamar de “paixão interior”. Por intermédio dessa inclinação, orientada por uma vontade é que o mal passa a existir. A paixão interior está diretamente associada ao pecado, porque sua finalidade está na realização das vontades individuais de cada ser humano, em oposição à vontade do Criador. A identificação dessa malignidade não é apenas percebida na ação do homem em si. No entanto, o fato do indivíduo pensar na possibilidade da prática de tais ações, logicamente movido por uma paixão, se torna mais do que o necessário para notar a exteriorização do mal. Portanto, a intenção é um indicador relevante para compreensão do mal. Todavia, o que dizer de alguém que comete um homicídio não movido por uma intenção impura? O que proferir sobre o indivíduo que usa de autodefesa ou que em uma guerra não tem outra escolha a não ser defender sua nação e tirar a vida de alguém quando necessário? São perguntas que são feitas por Evódio, e o próprio diz ser desnecessário, em algumas circunstâncias, atentar contra a vida de alguém por ser uma transgressão da lei de Deus, visto que a perda desses bens, é incomparável com os tesouros celestiais futuros. Contudo, o fato é que o Estado tem o poder da violência, no entendimento do bispo de Hipona, que é dado pela providência divina. O poder da espada foi delegado ao Estado, de maneira permissiva por Deus. Destarte, a leis cívicas permitem a realização de atos dessa natureza.

Diante dessa lei divina, com efeito, como poderiam estar isentos de pecado aqueles que se mancham com sangue humano, para defender coisas dignas de menos apreço? Parece-me, pois, que a lei escrita para governar os povos autoriza, com razão, atos que a Providência divina pune. (AGOSTINHO, 1995, p.38).

2. 2 Leis eternas e temporais

O que acaba de ser dito anteriormente sintetiza a concepção do nosso pensador, no que tange à ideia de leis temporais e leis eternas, visto que a organização dos homens em sociedade é conduzida por leis. O Estado tem como prioridade a harmonia da convivência entre as pessoas. Por isso, a leis temporais

são criadas para, na medida do possível, cumprir com essa função. Porém, o homem é constituído de uma natureza corrompida, segundo a concepção do nosso autor. Dessa forma, a governabilidade do estado é comprometida devido principalmente à corrupção. Levando em consideração essas variáveis, as leis temporais dão margens para a retirada do gestor corrupto e, dependendo da gravidade proporcionada pelas circunstâncias, é implantado o veto ao voto para uma sociedade impossibilitada de tomar decisões que direcionem para um caminho virtuoso o destino de uma população. Lembrando que deve ser levado em consideração a forma como nosso filósofo enxerga a ação política nesse contexto específico. Dito isso, em contraposição, as leis eternas são ordenanças de Deus para a condução de toda a humanidade, por conseguinte essas leis são perenes. Assim sendo, as leis temporais só podem ser justas mediante à possibilidade de se orientarem pelas leis eternas.

Reconhecerás também, espero, que na lei temporal dos homens nada existe de justo e legítimo que não tenha sido tirado da lei eterna. Assim, no mencionado exemplo do povo que, às vezes, tem justamente o direito de eleger seus magistrados e, às vezes, não menos justamente, não goza mais desse direito, a justiça dessas diversidades temporais procede da lei eterna, conforme a qual é sempre justo que um povo sensato eleja seus governantes e que um povo irresponsável não o possa. (AGOSTINHO, 1995, p.41).

Esse momento serviu para mostrar a manifestação do mal em diferentes percepções. Foi necessário trilhar todo esse caminho para podermos começar a responder algumas perguntas que foram postas no início deste trabalho. Nosso autor começa a responder dizendo que o mal se encontra no abuso da vontade livre.

Um das características que torna o ser humano singular é a sua habilidade de escolher. Capacidade esta, que permite que todos os animais irracionais sejam subjugados pela autoridade dos homens. Por meio da razão, e unicamente pelo exercício da inteligência é que o homem se distingue dos animais irracionais. Agostinho continua dizendo que todas as criaturas são “catalogadas” em um grau de escala da perfeição dos seres. Congruentemente, a inteligência se encontra no topo hierárquico dos sentidos mais excelentes entre todos os outros existentes. Portanto, nosso pensador fomenta que somente

através da razão, todos nós podemos chegar à obtenção da sabedoria. Algo, que segundo sua concepção, é municiado de virtuosidade. Nesse caso, mais uma vez é evidenciada a existência da livre escolha, pois o ser humano tem a possibilidade de não ser sábio por simplesmente não exercitar a razão, conseqüentemente se submetendo às paixões, sobretudo pela sujeição do homem às suas inclinações. A questão nevrálgica dessa interlocução é perceber que cada ser vivo é dotado de sentidos que permitem sua ação no mundo. O ser humano em especial é dotado de inteligência para governar todos os outros sentidos. Dito isso, todos os outros sentidos pelos quais o homem é constituído não tem o poder para obrigar a razão a exercer qualquer ação. Destarte, cometer um pecado significa apenas que o indivíduo quis. Porquanto, a razão é irrestritamente soberana. Esse é o “sentido” com potencialidade máxima, portanto, todos os outros sentidos estão subjugados à autoridade da mesma. A explicação que Agostinho dá, se refere ao livre-arbítrio. Ou seja, é de inteira responsabilidade humana escolher submeter-se às paixões mundanas.

Logo, só me resta concluir: se, de um lado, tudo o que é igual ou superior à mente que exerce seu natural senhorio e acha-se dotada de virtude não pode fazer dela escrava da paixão, por causa da justiça, por outro lado, tudo o que lhe é inferior tampouco o pode, por causa dessa mesma inferioridade, como demonstram as constatações precedentes. Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio. (AGOSTINHO, 1995, p.52).

2. 3 Por que nos deu Deus a liberdade para pecar?

Até o momento foram postuladas algumas conjecturas com o objetivo de perscrutar sobre a origem do mal. O bispo de Hipona firma suas ideias na concepção do livre-arbítrio. Levando em consideração essa fundamentação, prossigamos no andamento epistemológico dos conceitos. Sabemos então, que Deus não criou o mal, e que essa desordem se encontra na ação da livre vontade. Mas a pergunta que é pertinente a se fazer, é por que nos deu Deus a liberdade para pecar?

Evódio questiona de forma contundente o motivo de termos recebido o livre-arbítrio, com um raciocínio perspicaz. No imaginário comum, o objetivo dessa liberdade é sermos conduzidos para o Bem supremo, de maneira voluntária. Segundo esse interlocutor, se Deus nos deu essa capacidade com essa intenção, alguma coisa de muito errado aconteceu. Simplesmente não estamos realizando o propósito pelo qual todos foram criados. Todavia, Agostinho afirma que mesmo Deus tendo dado a livre escolha, que nos leva a escolhermos também o mal, o criador simplesmente não era obrigado a realizar sua vontade de outra forma. Segundo nosso filósofo de Hipona, a forma como Deus enxerga a realidade é absolutamente distinta da compreensão humana. Ele tem uma percepção privilegiada acerca de tudo.

O amigo do hiponense, persistindo no aspecto conceitual da questão, sugere que o entendimento a respeito dessas questões está no mínimo embaraçado. Pois Deus é soberano, bom e justo. É inconcebível que um Ser dessa natureza projete algo que não ocorra segundo a instrumentalidade da sua vontade. Pois o livre-arbítrio foi dado e as pessoas normalmente escolhem o caminho divergente da qual Deus nos projetou, por isso a punição. Evódio então deduz que a implicação dessa situação é que Deus, de certa forma, não deu ou não criou o livre-arbítrio. Esse exercício lógico implica uma origem diferente da criação ou doação do livre-arbítrio.

Porque, se é incerto ela nos ter sido dada, para agirmos corretamente, também pouco é certo que seja um bem ela nos ter sido dada. Por aí, não é igualmente certo que seja Deus o doador. Com efeito, a incerteza sobre a conveniência do dom torna incerto a origem, isto é, o fato de ser Aquele a quem não nos é permitido crer que conceda algo que não deveria ter concedido. (AGOSTINHO, 1995, p.52).

Para o bispo de Hipona, torna-se necessário fazer alguns contornos para podermos chegar ao o cerne das dificuldades apresentadas por seu amigo. Especialmente assimilar certas inferências a respeito dos sentidos e o que isso significa. Levando em consideração esse recorte teórico, nosso filósofo, começa falando dos sentidos elementares. Ele entende que por meio desses sentidos naturais os seres vivos conseguem discernir os diferentes objetos. Os animais conseguem, em certa medida, dimensionar, através dos sentidos, a

periculosidade de algumas situações, dessa forma reagem instintivamente conforme as circunstâncias. Entretanto, a diferença fica explícita quando constatamos que os sentidos não podem refletir sobre sua própria condição, ou seja, não percebem sua existência. Diferente da racionalidade humana, que não só sabe da existência e função de cada sentido, mas também percebe seu próprio estado de existência. Em outras palavras, a razão nos permite enxergar a nossa própria realidade. Isso é bem diferente de um animal, que não chega ter esse nível de abstração.

Um ponto interessante na fala do nosso pensador é a atenção que ele dá a um sentido que segundo ele é comum tanto ao homem, quanto aos animais, que ele chama de “sentido interior”. Um intermediário entre os objetos e a razão que os identifica. Esse “sentido interior” governa as ações dos sentidos. Alinha e concilia todos os sentidos e, a partir desse ponto, o ser vivo se movimenta em resposta à percepção da realidade. Todavia, a diferença entre o “sentido interior” e a razão é que a mesma não se percebe enquanto existência. E como os interlocutores gostam de dizer, a consciência de existência é melhor do que a própria existência. Somente a razão é constituída por essa característica. O interesse do filósofo em destacar a importância do “sentido interior” se dá pela sua função de tomar decisões que afetam diretamente a ação dos seres vivos. Claro que essa forma de consciência – no caso dos animais – não se compara à razão e à inteligência humana. Mas, de alguma forma, esse é um sentido decisivo na ação dos seres vivos. Ele inclusive destaca, que existe algo mais excelente do que essas duas capacidades mencionadas. No caso, Deus é superior a todos os sentidos interiores, aos sentidos exteriores e à própria razão humana.

O objetivo das elucubrações a respeito dos sentidos é nos levar a perscrutar como se dá o conhecimento. O Santo de Tagaste expõe suas ponderações a respeito dessas conjecturas. Ele diz que podemos conhecer as coisas por causa dos sentidos, mediados pela razão. Entretanto, nossas percepções podem mudar, dependendo do local e da circunstância. Nossos sentidos podem nos fornecer experiências diferentes, por isso a percepção da realidade se torna tão complexa e muitas das vezes imprecisa, exatamente pelo motivo de não podermos conhecer as coisas como elas realmente são. Não

obstante, Agostinho argumenta que algumas coisas são imutáveis. E que não depende dos nossos sentidos para percebermos o conhecimento verdadeiro acerca da realidade. Um exemplo disso é o resultado dos cálculos matemáticos. Invariavelmente o valor dos cálculos serão os mesmos, independente da minha vontade ou das minhas capacidades sensoriais.

O autor interpela a importância do conhecimento verdadeiro, destarte, o ser humano consegue encontrar o caminho para a felicidade. Para encontrar esse sumo Bem é necessário alcançar a sabedoria. Contudo, existe um problema quanto essa proposição e Evódio questiona isso, pois quando se observa o comportamento de algumas pessoas, percebe-se que existe uma variedade de opções que as pessoas buscam, alegando que encontrariam a felicidade caso alcançassem esses objetivos. A pergunta indispensável é: como conciliar a existência de apenas uma sabedoria devido às aparentes múltiplas formas de se alcançar tal felicidade? Agostinho argumenta que assim como percebemos as coisas à luz de apenas um sol, a sabedoria tem a mesma capacidade.

Dessa maneira, assim como - apesar da diversidade e multiplicidade dos objetos que os homens veem à luz do sol, entre os quais escolhem para deleite de sua contemplação – não há entretanto senão uma só e mesma luz, na qual o olhar atento de cada um descobre e abraça como objeto de seu especial deleite. Do mesmo modo, apesar da multiplicidade e diversidade dos bens entre os quais cada um escolhe o que prefere para dele gozar, completando-o e possuindo-o, e para fazer dele o seu real e verdadeiro Bem supremo, não obstante, é bem possível que a luz mesma da sabedoria, mediante a qual se pode contemplar e possuir esses bens, seja ela mesma única e comum para todos os sábios. (AGOSTINHO, 1995, p.52).

Mesmo mediante a possibilidade de chegar-se à felicidade, o fato é que o homem continua infeliz, e essa é uma questão importante a ser resolvida. Então, o autor faz um juízo de valor a respeito do conhecimento das coisas, uma vez que o que podemos conhecer por nosso sentido são coisas mutáveis. Conseguimos perceber e compreender em certa medida por causa da nossa capacidade intelectual. Mas Agostinho diz que não existe uma satisfação em conhecer as coisas temporais, por isso é notória a insatisfação perpétua na vida das pessoas. No entanto, quando o homem entra em contato com os

conhecimentos eternos ele não só encontra a satisfação contida nessa sabedoria, como não desenvolve o desejo de mudá-los, mas de apenas contemplá-las. Reconhecendo que as verdades eternas provêm do próprio Deus, portanto, não existe a necessidade de querer mudar algo superior a todos nós.

A ideia do autor neste ponto é entender que a felicidade não se encontra nas coisas que podemos perder. A Felicidade se encontra na contemplação da verdade. A verdade é algo tão sublime que não é possível perdê-la, como as coisas temporais. E o que é necessário para obtê-la é ser conduzido pela boa vontade. A sabedoria é algo ilimitado e infindável. Todas as pessoas têm a capacidade de alcançá-la.

Todos Ihe estão estreitamente unidos, todos a retêm ao mesmo tempo. Oferece-se em alimento a todos sem ter de se repartir em diversas partes. Tu nada bebes dela sem que eu não possa também beber. Pois nada que dela recebes torna-se tua propriedade exclusiva. Pelo contrário, o que dela recebes permanece também para mim em toda sua integridade. O que dela inspiras não espero que tenhas exalado para que venha a inspirar por minha vez. Pois nada da verdade torna-se propriedade de um só ou apenas de alguns, mas simultaneamente ela é toda inteira e comum a todos. (AGOSTINHO, 1995, p.122).

Todo esse contorno foi necessário para poder ser elucidado, na visão de Agostinho, que todas as coisas criadas por Deus se encontram em um patamar de bens. O Sumo Bem, isto é, Deus, estruturou suas obras de forma hierárquica. Evódio diz que a livre vontade não deveria ter sido dada, visto que o homem só utiliza da mesma para pecar. Agostinho se opõe a esse pensamento, afirmando que somente por intermédio do livre-arbítrio que conseguimos agir com retidão, visto que, nos foi atribuída essa possibilidade. Desta maneira, a vontade livre deve ser compreendida entre os bens recebidos por Deus.

O hiponense argumenta que as considerações proferidas por Evódio são insuficientes para justificar a possibilidade de Deus não ter municiado o homem com a livre escolha. Esse atributo humano é apenas mais um, mediante a tantos outros bens que o Criador forneceu. Ele exemplifica, dizendo que ninguém arranca o olho pretendendo solucionar o problema de às vezes esse sentido ser

usado de forma pecaminosa. O mesmo raciocínio é aplicado à livre vontade. Portanto, esse é mais um dos bens que Deus criou, mas que o homem utiliza de forma errada.

Deves reconhecer: que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem, em vez de dizer que o doador não deveria tê-lo dado a nós. (AGOSTINHO, 1995, p.136).

Segundo Agostinho, não seria coerente o ser humano ser responsabilizado por suas ações se ele não tivesse a opção de escolha. Mesmo que fosse para fazer o bem, no fim das contas, a ausência de escolha não teria sentido. Por isso Deus deu o livre-arbítrio com uma motivação clara. A obediência a Ele, deve ser de forma consentida, ao contrário disso seria apenas uma adesão tirânica aos seus desígnios. Sua motivação é, de certa forma, bem arbitrária. Nesse sentido, a noção de justiça aplicada no castigo ou na recompensa, mantém uma coerência axiológica por causa da livre vontade.

Assim, o homem tem a opção de aderir ao Bem imutável pelo exercício da vontade. Em contraposição, ele peca por se afastar do sumo Bem, voltando-se para o seu bem particular. O desalinhamento começa quando o objetivo da vontade esteja em tornar-se senhor de si mesmo, ou seja, na realização dos seus próprios prazeres. Os bens desejados não são maus em si, tampouco é má a vontade livre do homem. Não obstante, o mal consiste na aversão da verdade ao sumo Bem em detrimento aos bens transitórios.

Na concepção do nosso pensador, o mal é um absoluto nada. Ele entende que a realidade é composta por dimensões, com características específicas, como: “medida, número e ordem” (AGOSTINHO, 1995, p.142). E todas elas são criação de Deus. O “ser que é retirado esses três elementos, nele nada restará, absolutamente” (AGOSTINHO, 1995, p. 143). Neste momento é respondida a questão do mal ontológico. Entendendo que o mesmo não é uma substância, como afirmava os maniqueus, todavia, sua natureza pode ser definida como uma aversão aos preceitos de Deus, levando o ser humano ao pecado. Isso que o autor chama de “não ser”: se o indivíduo não quiser, essa malignidade não existirá.

Tal defeito, porém, sendo voluntário, está posto sobre o nosso poder. Porque, se de fato o temeres, é preciso não o querer; e se não o quiseres, ele não existirá. (AGOSTINHO, 1995, p.143).

2. 4 A presciência divina não destrói o ato livre

Chegamos então à última questão que será levantada neste trabalho. Sobre o problema da presciência divina, sobretudo para investigar esse conhecimento prévio do criador em relação a liberdade humana. Evódio começa ponderando questões pertinentes sobre esse tema.

Deus sabia que o homem iria pecar, devido ao seu atributo da onisciência, sabendo, dessa maneira, tudo que aconteceu, os acontecimentos do presente e todos os eventos futuros. Como todo o pensamento do autor fundamentou-se na afirmação de que todos os bens criados por Deus são bons, não iremos entrar no mérito da questão, afirmando se o homem deveria ter sido criado ou não. Porquanto, segundo o nosso autor, Deus exteriorizou sua bondade criando o homem, manifestou sua justiça punindo o pecado, por fim demonstrou sua misericórdia, salvando-o. Deste modo, a impressão que fica é que, de certa forma, os eventos futuros, previstos por Deus inevitavelmente deveriam realizar-se. Como, então, pode existir uma livre vontade, se é necessário o cumprimento do previsto?

como não admitir contradição e repugnância no fato de Deus por um lado, prever todos os acontecimentos futuros e, por outro, nós pecarmos por livre vontade e não por necessidade? (AGOSTINHO, 1995, p. 154).

Postular que o homem deve necessariamente pecar, porque Deus prevê o pecado, portanto não há decisão voluntária, para nosso filósofo de Hipona, essas afirmativas implicam uma das duas seguintes conclusões: negar a presciência de Deus ou admitir que não pecamos voluntariamente, por ser uma necessidade.

Agostinho, desenvolve seu discurso em resposta a essa pergunta em um diálogo direto com Evódio e, dessa forma, organiza sua estrutura epistemológica. Mediante a postulação das conjecturas anteriores, ele continua suas ideias. Dito isto, para o bispo de Hipona, o raciocínio nos leva a compreender que a presciência de Deus alcança todos os homens e que a implicação que seu amigo o levou a questionar é se Deus, assim como o ser humano, tem sua ação necessária, devido ao conhecimento vindouro que Ele também tem de si? Em outras palavras, Deus é preso à obrigatoriedade de agir, posta por ele mesmo? A resposta que Evódio empenha referente a essa questão, é de que não, por conseguinte, Deus é eterno. Dessa maneira Ele não é submetido às limitações temporais, pois sua natureza é atemporal. No livro “Confissões”, Agostinho discorre mais sobre essa temática. O trecho a seguir mostrará o sentido dessas ideias.

Contudo, tu és sempre o mesmo, e teus anos não passam jamais. Teus anos não vão nem vêm; mas os nossos vão e vêm, para que todos possam existir. Teus anos existem simultaneamente, pois não fluem; não passam, não são expulsos pelos que vêm, porque não passam. Os nossos, ao contrário, só existirão todos quando não mais existirem. Teus anos são como um só dia, e teu dia não é uma repetição cotidiana, é um perpétuo hoje, porque teu hoje não cede o lugar ao amanhã e nem sucede ao ontem. Teu hoje é a eternidade. (AGOSTINHO, 2017, p. 212).

O que realmente importa, segundo o nosso autor, é que o conhecimento prévio das coisas não modifica a vontade humana. Agostinho pergunta a Evódio se para ele, sendo criatura de Deus, a felicidade pode ser concretizada em sua vida. Ele responde que sim, e que se dependesse dele, alcançaria a felicidade o mais rápido possível, sem esperar o tempo porvir da concretização desse bem. Agostinho de Hipona pergunta perspicazmente se a realização desse desejo vai de encontro à sua vontade pessoal. Evódio infere que não, então, Agostinho responde contundentemente que nesse momento encontra-se a realização do previsto, sem que sua liberdade seja transgredida. Segundo nosso pensador, o ser humano não tem a capacidade de impedir o envelhecimento, assim como muitos outros processos naturais. Todavia, existe algo específico que está no controle do homem, sobretudo, a liberdade de escolha.

É Porque, ainda que Deus preveja as nossas vontades futuras, não se segue que não queiramos algo sem vontade livre. Pois, ao dizer, a respeito da felicidade, que tu não te tornas feliz por ti mesmo, disseste isso como se talvez o tivesse negado. Ora, o que eu disse foi: quando chegares a ser feliz, tu não o serás contra a tua vontade, mas sim querendo-o livremente. Pois se Deus prevê tua felicidade futura, e nada te pode acontecer senão o que ele previu, visto que, caso contrário, não haveria presciência. Todavia, não estamos obrigados a admitir a opinião, totalmente absurda e muito afastado da verdade, que tu poderás ser feliz sem o querer. (AGOSTINHO, 1995, p. 154).

Destarte, a vontade de ser feliz não é tirada pela presciência, assim como a vontade culpável, se habitar no homem, não deixará de ser vontade livre pelo fato de Deus ter previsto a existência futura dela. Então, o fato de Deus saber dos eventos futuros não significa forçar o indivíduo a praticar tais ações. Deus prevê-los acontecimentos futuro não significa que ele está interferindo. Portanto, a livre vontade permanece. Mesmo sabendo que a ação humana, em certa medida, é condição para a existência da presciência.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, foram feitas considerações sobre a liberdade do homem conforme Agostinho perante a soberania de Deus. No entanto, foram examinadas obras e artigos para fundamentar a exposição dessas ideias, na perspectiva agostiniana. Não se trata de uma abordagem exaustiva da obra, “O livre-arbítrio”, todavia, elucida de forma quase que panorâmica, as grandes questões discutidas pelo filósofo hiponense acerca dessa temática.

O trabalho de Agostinho é de uma importância inestimável, uma vez que é impensável refletir sobre determinados assuntos sem beber em suas fontes conceituais. Ele é considerado filósofo e teólogo por toda uma tradição de pensadores. E o problema da liberdade humana é mais uma das grandes questões que foram discutidos por nosso pensador, mas que as perguntas feitas ainda permanecem na contemporaneidade. Conceitos com uma potência tão vasta que se torna impossível perscrutar essas questões e dormir de consciência tranquila, achando que se esgotou todas as vicissitudes levantadas por nosso pensador.

Nessa exposição, teve como marco inicial o desenvolvimento da antropologia filosófica do autor. Compreendendo a concepção de homem que direcionava a produção intelectual do filósofo de Tagaste. Foram tratados de três aspectos do problema do mal, como foi mencionado no transcorrer deste trabalho, são eles: o físico, que pode ser identificado no sofrimento humano; o moral, que mostra a possibilidade de escolha concedida à humanidade, para escolher chegar-se a Deus ou distanciar-se dele. A vontade é um bem, e o mal é o mau uso desse bem; por último, o aspecto metafísico-ontológico, ao compreender que não existe mal no universo criado por Deus, mas graus inferiores de ser em relação à natureza do criador.

O raciocínio desenvolvido na obra “O livre-arbítrio”, recupera a dignidade humana, pois coloca na mão do indivíduo a possibilidade de escolher o percurso do seu destino. Não obstante, é de suma importância ressaltar que Agostinho fala que a redenção do homem, perante Deus, só pode ser realizada por intermédio da graça divina. O homem é livre, mas somente Deus tem a

capacidade de salvá-lo. Esse é o paradoxo da Soberania de Deus e a responsabilidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. [Trad. A. Pisetta]. Mundo Cristão, São Paulo, 2017.
- AGOSTINHO, Santo. **Diálogo sobre a Felicidade**. [Trad. M. de Carvalho]. Rio de Janeiro, 2014.
- AGOSTINHO, Santo. **O Livre Arbítrio**. [Trad. N. de Assis Oliveira]. Paulus: São Paulo, 1995.
- AGOSTINHO, Santo. **Sobre a potencialidade da Alma**. Vozes, São Paulo, 1997.
- AGOSTINHO, Santo. **Solilóquios e A vida feliz**. A. Fiorotti, A. Oliveira]. Paulus: São Paulo, 1998.
- ALMEIDA, L. O homem como realidade em construção: o dinamismo antropológico em Santo Agostinho. **Pensar** 2/1 (2011), p. 37-51.
- BIGNOTTO, N. O conflito das liberdades: Santo Agostinho. **Síntese Nova Fase** 19/58 (1992), p. 327-359.
- COUTINHO, J. Essencialidade e Existencialidade em Santo Agostinho. **Revista Portuguesa de Filosofia** 44/1 (1988), p. 17-37.
- GRZIBOWSKI, S. Agostinho: o homem a imagem de Deus. In SAGANZERLA, A; VALVERDE, A; FALBRETTI, E. (Orgs.). **Natureza humana em movimento**, São Paulo, Paulus, (2012), p.32-40.
- PEREIRA, H. Agostinho de Hipona: considerações sobre o mal e temas correlatos em *De libero arbitrio*. **Veritas** 58/3 (2013), p. 567-597.
- PIRATELI, M. Conceito de *Homem* em Santo Agostinho. **Anais da VIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Universidade Estadual de Maringá (2010), p. 1-15.
- SILVA, N. A antropologia de Agostinho de Hipona: *Fortitudo Corporis* na hierarquia dos bens criados. **Dissertatio** 44 (2016), p. 170-186.